



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 670/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1592/2015 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Policlínica João dos Santos Braga – PJSB.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Edlian de Souza Barroso Araújo, Diretora Geral da Policlínica João dos Santos Braga – PJSB, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação Conclusiva nº 11/2016 (fls. 390/395).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 909/2016-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 396/396v).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica João dos Santos Braga. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinação à Origem, ao SEPLENO e à CGE/AM.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual da Policlínica João dos Santos Braga, exercício de 2014 sob a responsabilidade da Sra. **Edlian de Souza Barroso Araújo**, Ordenadora de Despesa, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

9.2- Determinar à Origem para que observe o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, bem como ao previsto no art. 2º e inciso II do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93, evitando o fracionamento de despesas (restrição nº 01);

9.3- Determinar à Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas que regularize e operacionalize os repasses as suas Unidades subordinadas, de forma que essas possam planejar com eficácia os dispêndios de recursos conforme suas necessidades (restrição nº 01);

9.4- Determinar à Controladoria Geral do Estado – CGE/AM, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que passe a emitir o Parecer nas Prestações de Contas dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Amazonas, inclusive com o necessário certificado de Auditoria, conforme disposto no inciso I do art. 2º, c/c a alínea “a” do art. 5º, todos da Resolução nº 5/1990-TCE/AM (restrição nº 02).



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 670/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Nos termos do Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que deixou de aplicar a multa ao Sr. Leopoldo Peres Sobrinho.

9- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 09 de Agosto de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

11.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral